

Estabelecimento de padrões de qualidade para a assistência pós-aborto

Por: Khama Rogo, Valentino M. Lema, Bertha French, Charlotte E. Hord

Introdução

Numa reunião de capacitadores em assistência pós-aborto (APA), realizada em Naivasha, Kenya em 1994, 21 profissionais de saúde provenientes de oito países africanos debateram a dificuldade em oferecer serviços de alta qualidade dentro de seus próprios âmbitos. Segundo um dos participantes, os profissionais de saúde no setor público geralmente não podem apreciar o papel que eles mesmos desempenham quanto à realização de melhorias e têm culpado ao sistema do Ministério de Saúde pela deficiência na qualidade da assistência. Outro participante notou que a lassitude demonstrada inicialmente pelos prestadores de serviços de aborto neste hospital em relação à prestação de serviços de alta qualidade mudou totalmente depois que foram estabelecidos padrões de qualidade.

Esta primeira reunião de capacitadores africanos, convocada para desenvolver a capacidade local na África Subsaariana a respeito da APA, forjou o caminho para a elaboração de padrões de alta qualidade para a região.¹ Os participantes desse encontro deram-se conta de que cada profissional de saúde necessita começar a estudar sua maneira de tratar as pacientes com aborto e o efeito que surte esse tratamento em motivar a mulher a procurar assistência a sua saúde subsequentemente. Ao concluir a reunião, os participantes concordaram em que deve-se instar aos profissionais de saúde a dar mais uniformidade à prestação de

“Nos programas de planejamento familiar e prestação de serviços clínicos, tem havido mais ênfase no aumento da quantidade de usuários que no aumento da satisfação de cada cliente. Como profissionais de saúde, freqüentemente ignoramos que embora as pessoas venham a nós não deve-se ao fato de que ofereçamos serviços de alta qualidade, senão porque eles não têm outras alternativas.”

Dr. Khama Rogo reunião regional de capacitadores africanos, 1994

serviços relacionados ao aborto, assim como a assumir responsabilidade pessoal de cumprir com os padrões de alta qualidade.

Informação geral

Nos anos oitenta, iniciou-se a prestação de serviços de APA na África Subsaariana. A acessibilidade desses serviços está incrementando. Os sistemas de saúde estão integrando a APA nos serviços de saúde reprodutiva e o setor privado está prestando mais serviços de APA, o qual significa que a necessidade de ambos setores, de receber diretrizes clínicas, técnicas e gestoriais, é maior que nunca.

A elaboração de diretrizes técnicas para o tratamento do aborto,² por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS) marcou o apoio mundial para a necessidade de tratar a assistência ao aborto como um assunto vinculado à saúde da mulher. Porém, muitos profissionais de saúde na África opinam que essas diretrizes mundiais não refletem as realidades dos âmbitos com poucos recursos na região. Por isso, tais diretrizes resultaram

ser ferramentas menos úteis para aprimorar os serviços. Nos estudos realizados na região, a assistência de baixa qualidade e a falta de diretrizes para a prestação de serviços pós-aborto sempre têm sido ressaltadas como fatores principais que contribuem ao predomínio do aborto em condições de risco e suas complicações.

Em 1995, em resposta aos chamados para atuar, Ipas começou a trabalhar com alguns gineco-obstetras prominentes da região para formular padrões para a assistência relacionada ao aborto. O manual resultante, intitulado *Postabortion Care: A Service Delivery Policy, Standards and Procedures Manual for Sub-Saharan Africa*, é um protótipo que pode ser adaptado, se for necessário, para ser utilizado em diferentes países.

Em junho de 1998, os principais elaboradores de políticas e gerentes de programas reuniram-se em Harare, Zimbabwe para respaldar as recomendações do manual e criar planos de ação sobre como utilizar o manual em seus próprios países: se deve ser adaptado ou utilizado tal como

foi apresentado originalmente, como aplicá-lo nos programas de saúde já estabelecidos e como divulgar novas políticas e padrões.

O que são padrões de qualidade?

As políticas, padrões e procedimentos para a prestação de serviços são diretrizes operacionais que permitem à equipe de saúde planejar, administrar, prestar e monitorar os serviços a um nível constante de qualidade. Em muitos dos países na África Subsaariana existem políticas nacionais sobre a saúde reprodutiva que incluem a APA e estão prontas para serem aplicadas na criação de padrões e procedimentos para a prestação de serviços. No caso dos países que ainda não chegaram a esta etapa, o documento de padrões regionais pode oferecer um marco conceitual para formular uma política sobre a saúde reprodutiva que trate o problema do aborto, assim como para estabelecer os mesmos padrões para a prestação de serviços por toda a região.

Propósito, uso e conteúdo do manual

O manual de padrões para o tratamento do aborto foi criado para servir como um guia realista e prático para os profissionais de saúde e gerentes que trabalham em todos os níveis do sistema de saúde na África Subsaariana. O objetivo de estabelecer padrões é evitar as complicações do aborto em condições de risco, as quais

“Qualquer profissional de saúde que não seja partidário da Iniciativa para uma Maternidade sem Riscos defrauda à mesma. Não basta com que a gente seja só prestadores de serviços clínicos; as comunidades necessitam que os profissionais de saúde forjem o caminho para reduzir as taxas de morbimortalidade associadas com o abortamento em condições de risco.”

Dr. Khama Rogo

umentam a taxa de morbimortalidade materna. Dado que os profissionais de saúde na África geralmente não dispõem de material de referência, este manual cobre uma necessidade e fornece diretrizes fundamentais para melhorar a qualidade da prestação de serviços de saúde.

O manual foi escrito levando em conta os desafios cotidianos que enfrentam os profissionais de saúde africanos. O manual identifica as principais pessoas cujas decisões afetam a qualidade do tratamento do abortamento e esboça seus papéis e responsabilidade em alcançar práticas e padrões aceitáveis. Também fornece um esquema detalhando os serviços que devem ser oferecidos, quem deve prestá-los e a que nível do sistema de saúde. Dado que os profissionais de saúde nos diferentes níveis do sistema de saúde na África têm diferentes formações e habilidades, o manual também servirá como uma ferramenta unificadora para permitir que os profissionais com diversas experiências trabalhem juntos para melhorar a APA.

Os padrões de qualidade como guia em questões de políticas

O documento de padrões regionais oferece diretrizes processuais e orientação para a formação de políticas. Por exemplo, o manual ressalta a importância de conseguir que os membros da comunidade participem da criação e a monitoração dos serviços de APA para garantir que os mesmos cubram as necessidades locais. Além disso, fornece orientação sobre como trabalhar com a comunidade para tratar o problema do abortamento em condições de risco.

A estrutura do documento foi elaborada segundo o modelo das políticas e dos padrões de Gana a respeito da saúde reprodutiva, os quais foram criados em meados dos anos noventa por um grupo de trabalho multidisciplinário composto por profissionais de saúde da mulher.³ Segundo a experiência em Gana, contar com padrões que indiquem quais serviços de saúde reprodutiva devem ser oferecidos e onde devem ser oferecidos dentro do sistema de saúde, tem garantido a inclusão da APA nos planos para a prestação de serviços de saúde reprodutiva. O documento de padrões regionais fornece o mesmo respaldo para incluir a assistência ao abortamento em todos os programas relacionados à saúde da mulher e pode-se usar como uma ferramenta de “advocacy” para garantir que as necessidades relacionadas ao abortamento sejam cobertas apropriadamente.

A crescente importância do setor privado oferece outra oportunidade para que através de su promoção melhore a qualidade da assistência à saúde da mulher. Em muitos dos países nesta região, a escassez de recursos, as greves recorrentes e a freqüente rotação dos profissionais de saúde têm criado situações nas quais o setor público deixa de ser o mais indicado para cobrir as necessidades de assistência à saúde. Os profissionais de saúde no setor privado desempenham um papel vital em ajudar aos indivíduos e aos líderes da comunidade para entender as funções e responsabilidade dos membros da comunidade a respeito da prevenção e o tratamento do abortamento em condições de risco. Além disso, devido a sua capacidade de criar vínculos com os distribuidores

comunitários de planejamento familiar e fornecer educação em saúde, os profissionais de saúde no setor privado têm acesso a informações sobre as necessidades da comunidade que podem ser úteis nas gestões de advocacy para obter mais recursos e aprimorar os serviços.

Conclusão

Nos numerosos congressos mundiais realizados na última década foram definidas as brechas cruciais na assistência à saúde da mulher e foram recomendadas estratégias para reduzir a taxa de morbimortalidade materna e melhorar a vida da mulher. A necessidade de tratar o assunto da assistência ao abortamento tem obrigado aos elaboradores de políticas a examinar mais detalhadamente como o abortamento em condições de risco afeta a saúde da mulher na África Subsaariana, onde ocorre um terço de todas as mortes atribuíveis ao abortamento em condições de risco,⁴ e recalcou-se a pertinência do documento de padrões para a região.

O novo paradigma para a saúde reprodutiva, aprovado na CIPD foi bem acolhido na África, ao menos em papel, mas ainda há poucos exemplos das gestões integrais para estender os serviços de APA por todos os sistemas de saúde na região. Falta muito por fazer. A informação em documentos tais como este manual de padrões deve ser aplicada para melhorar a vida da mulher.

Referencias

¹ Ipas. *African Regional Trainers Meeting Proceedings*. Documento não publicado, 1994.

² Organização Mundial da Saúde. *Complications of abortion Technical and managerial guidelines for prevention and treatment*. Genebra: OMS, 1995.; OMS. *Clinical management of abortion complications: A practical guide*. Genebra: WHO/FHE/MSM/94.1, 1994.

³ Ghana Ministry of Health. *National Reproductive Health Service Policy and Standards*. Abril 1996.

⁴ Organização Mundial da Saúde. *Abortion. A Tabulation of Available Data on the Frequency and Mortality of Unsafe Abortion*. Genebra: WHO/FHE/MSM/93.13, 1993.

Cópias de Postabortion Care: A Service Delivery Policy, Standards and Procedures Manual for Sub-Saharan África poderão ser obtidas através de Ipas, a partir de agosto de 1998.

O apoio financeiro para elaborar o documento sobre padrões foi providenciado por Public Welfare Foundation, Wallace Global Fund e Population Action International.

Diálogo 4-P98

Diálogo é publicado ocasionalmente por Ipas e informa sobre os resultados e as lições aprendidas nos programas auspiciados por Ipas.

Editora: Charlotte E. Hord
Disenhadora: Beth Rimmer
Tradutora: Lisette Silva



PO Box 999 • 303 E. Main Street
Carrboro, NC 27510 EUA
email: ipas@ipas.org
web site: www.ipas.org

© 1998 Ipas